

-----**ACTA N.º 6/2007**-----

-----Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de dois mil e sete, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Celorico da Beira, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria Margarida Cabral Lucas de Almeida Barros Moura, estando presentes os seguintes membros:-----

-----Carlos Jorge Ramalho;-----

-----José Albano Pereira Marques;-----

-----Hélder António da Costa Gomes;-----

-----Albino Freire Bárbara;-----

-----Luís Carlos Fernandes Santos;-----

-----Manuel João Inácio;-----

-----Gonçalo Manuel Rainho Camacho;-----

-----Cláudia Maria Geraldês Aguiar;-----

-----Luís Manuel do Nascimento Saraiva;-----

-----Horácio Monteiro Antunes;-----

-----José António Ramos da Costa;-----

-----Pedro Herlander Albuquerque José;-----

-----José Carlos Oliveira Morgado;-----

-----António Rego Rodrigues Veloso;-----

-----Maria Silvina Achando da Cruz Santos;-----

-----António Manuel dos Reis Álvaro;-----

-----Júlio dos Santos Ambrósio;-----

-----Jorge José de Sousa Coelho;-----

-----Carlos Abel Gonçalves da Silva Patrocínio, Presidente da Junta de Freguesia de Açôres;-----

-----Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal;-----

-----Manuel Naves, Presidente da Junta de Freguesia de Cadafaz;-----

-----João Filipe Ventura de Almeida Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Carrapichana;-----

-----Manuel Martins da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas de Soeiro; -----  
-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Cortiço da Serra; -----  
-----José Albano Ferreira Paulino, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego; -----  
-----Fernando Cardoso Gonçalves, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Linhares da Beira, em substituição do Senhor Paulo Sérgio Silva Mimoso; --  
-----José Pedro Gonçalves Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão; -----  
-----João da Silva Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Mesquitela; -----  
-----Paulo Jorge Malta Amaro, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal; -----  
-----Porfírio Miguel da Fonseca Galante, Presidente da Junta de Freguesia de Prados; -----  
-----Augusto Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de Rapa; -----  
-----Natália Batista Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Ratoeira;  
-----Luís Filipe da Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de Salgueirais; -----  
-----José Flor de Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Santa de Maria; -----  
-----Luís Filipe Ramalho da Costa Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro; -----  
-----Alexandrino Manuel Pereira Ferreira da Silva e Faria, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares; -----  
-----Carlos José Osório Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Velosa; -----  
-----José da Silva do Adro, Presidente da Junta de Freguesia de Vide-Entre-Vinhas; -----

-----César Ferrinho de Olival, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Mondego. -----

-----Faltaram a esta sessão os seguintes membros: -----

-----Fernando Fonseca Veiga; -----

-----Manuel António Simão; -----

-----Manuel António de Almeida Portugal; -----

-----Nuno Miguel Rodrigues Nascimento; -----

-----Agostinho Augusto dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Fornotelheiro. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia, secretariada pelos Senhores Deputados, António Manuel dos Reis Álvaro e Luís Manuel do Nascimento Saraiva, na qualidade de primeiro e segundo secretários respectivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do número um, do artigo vinte e um, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”. -----

-----O Senhor Armando Neves cumprimentou todos os presentes, passou a ler documento que se anexa a esta acta (**anexo I**) e que de seguida se transcreve: -----

-----“Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Celorico da Beira - -----

-----Armando Neves, cidadão eleitor neste Concelho com o n.º 542 da Assembleia de Recenseamento das Casas de Soeiro, vem solicitar a V.Ex.ª se digne mandar anexar à Acta da presente reunião, o documento infra:-----

-----Atento ao que se vem passando no Concelho de Celorico da Beira, e atendendo a que no anterior mandato exerci funções de Vereador em regime de permanência, queira o Sr. Presidente da Câmara esclarecer: -----

-----**Ponto 1** -----

-----O Sr. Vereador António Silva requereu e o Executivo aceitou em reunião de Câmara de 07 de Dezembro de 2005 para que fosse proposto à Assembleia Municipal a sua passagem a Vereador a tempo inteiro sem regime de exclusividade.-----

-----Ora assim sendo, gostaria de saber qual o verdadeiro estatuto do Sr. Vereador;-----

-----Mais gostaria que o Sr. Presidente esclarecesse, se o Sr. Vereador António Silva, é remunerado a 50% ou a 100% pela Autarquia? -----

-----Gostaria ainda de ser esclarecido acerca das funções que o referido Vereador exerce em outras entidades privadas que prestem serviços à Câmara Municipal de Celorico da Beira, mormente o CESAE;-----

-----Com efeito e como facilmente se pode observar via Internet, nos termos do organigrama do CESAE o referido Vereador é gestor de projectos de formação da zona centro. Ora a ser assim queira o Sr. Presidente informar quais os contratos que o referido CESAE celebrou com a Câmara de Celorico da Beira, quais os montantes envolvidos nos mesmos e qual a forma da sua contratualização, isto é, quantas empresas para além do CESAE, foram convidadas a apresentar propostas em observância da legislação em vigor; -----

-----Gostaria ainda de ser esclarecido sobre o tratamento de favor ou não, em termos financeiros, relativamente ao CESAE por parte da Câmara Municipal. Isto é: O CESAE é pago nos serviços que tem prestado à Câmara nos mesmos termos que os restantes fornecedores? Qual o tempo médio de pagamento ao CESAE e aos restantes? -----

-----**Ponto 2** -----

-----Consta-se no Concelho que o cidadão Fernando Monteiro, residente na freguesia da Lageosa do Mondego é fornecedor recente de materiais de construção à Câmara. -----

-----Sr. Presidente, tal constatação corresponde à verdade? -----

-----A ser verdade queira o Sr. Presidente informar quais os contratos que o referido cidadão celebrou com a Câmara de Celorico da Beira, quais os montantes envolvidos nos mesmos e qual a forma da sua contratualização, isto é, quantas empresas para além do referido e ilustre cidadão, foram convidadas a apresentar propostas em observância da legislação em vigor.

-----Gostaria ainda de ser esclarecido sobre o tratamento de favor ou não, em termos financeiros, relativamente ao referido fornecedor por parte da Câmara Municipal. Isto é: o referido fornecedor é pago nos serviços que tem prestado à Câmara nos mesmos termos que os restantes fornecedores? Qual o tempo médio de pagamento ao CESAE e aos restantes?-----

-----Mais gostaria de ser informado acerca do grau de parentesco que V. Ex.<sup>a</sup> ou o Sr. Vereador António Silva têm, ou não com o fornecedor referido.

-----**Ponto 3** -----

-----O Sr. Vereador António Silva, como consta das Actas, é Vereador da Câmara, sem exclusividade. Ora assim sendo, tem o referido Vereador direito a usar, sem motorista e durante o fim de semana, viaturas que são propriedade da Câmara e levá-las para a sua residência em Viseu?-----

-----Porque os assuntos em referência são de grande relevância para o esclarecimento dos munícipes deste Concelho, podendo ou não indiciar irregularidades ou ilegalidades, solicito a V.Ex.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia Municipal se digne ordenar aos serviços competentes averiguar e informar-me por escrito do resultado das averiguações;-----

-----Mais solicito que dos resultados da averiguação requerida seja dado conhecimento quer a todos os Srs. Vereadores, quer a todos os Srs. ilustres deputados na próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

-----Celorico da Beira, 28 de Dezembro de 2007 -----

-----De seguida, o Senhor Fernando Figueiredo, referiu que na qualidade de Presidente da Concelhia do PSD, tinha tido acesso à ordem de trabalhos e respectivos documentos da presente sessão, cedidos pelos Ex.mos Senhores Deputados da bancada do PSD, sobre os quais pretendia fazer algumas considerações. -----

-----Começou por referir que, tendo em conta a complexidade dos documentos referentes ao orçamento e plano deveriam ter sido objecto de uma explanação prévia aos deputados, de forma a haver uma votação consciente e informada. -----

-----Questionou se, se justifica uma revisão ao orçamento de 2007, uma vez que estamos no fim do ano, qual a operacionalidade deste procedimento. -----

-----Censurou o facto de existir no orçamento para 2008, uma verba a transferir para a COCEBA, uma vez que é do conhecimento geral, que a anterior Direcção foi obrigada a demitir-se e a encerrar a Cooperativa, por falta de apoios da autarquia, que alegaram, na altura, não possuir disponibilidade financeira. Parece-lhe que existem dois pesos e duas medidas na condução deste processo. -----

-----Questionou ainda, sobre qual a justificação para a autarquia estar a proceder à substituição de alcatrão, em bom estado, por paralelos, em frente ao Mercado Municipal, uma vez que existem, outras artérias da Vila mais necessitadas. -----

-----Relativamente ao saneamento pretendeu saber quais as obras que estão a decorrer e em que condições. -----

-----No que concerne ao encerramento do SAP de Celorico da Beira, pretendeu saber se, efectivamente, vai encerrar nos primeiros dias de Janeiro, pelo menos assim consta no protocolo a celebrar entre a ARS e a Autarquia. Referiu ainda que o Executivo deveria tomar uma posição relativamente a este assunto e esclarecer a população. -----

-----Por último, felicitou o Executivo pela organização do evento denominado “Feira do Borrego”, que decorreu na Carrapichana e desejou um Bom Ano de 2008 a todos os presentes. -----

-----O Senhor António Rodrigues agradeceu em nome da Associação de Melhoramentos de Vila Boa do Mondego, o apoio da autarquia na elaboração da candidatura ao programa PARES, cuja obra já está a concurso e que em princípio iniciar-se-á em meados de Janeiro. -----

-----De seguida, questionou o Executivo sobre quais as obras que estavam previstas para Vila Boa do Mondego. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por cumprimentar todos os presentes. Relativamente às situações relatadas pelo Senhor Armando Neves, tal como solicitado, serão esclarecidas em momento oportuno. -----

-----Relativamente à Requalificação de Santa Eufêmea informou que a intervenção naquela área foi objecto de uma candidatura, que abrange as infra-estruturas existentes no local (Piscinas Municipais, Gimnodesportivo e Centro Cultural) e que abrange intervenções ao nível dos passeios, saneamento e parte eléctrica. -----

-----Com esta intervenção de fundo o Executivo pretendeu revitalizar aquela zona e fazer dela um cartão de visita da Vila, uma vez que, em simultâneo com a zona histórica é o sitio mais procurado pelos munícipes e visitantes, uma vez que se trata de uma zona comercial e de serviços. -----

-----Relativamente às obras de saneamento informou que as Águas do Zêzere e Côa estão a trabalhar no concelho. Informou ainda que este Executivo pretende rever o contrato assinado pelo anterior Executivo com esta Empresa, por considerarem que o património da autarquia foi subavaliado. -----

-----Relativamente ao lar de Vila Boa do Mondego disse que foi objecto de uma candidatura ao programa PARES que foi aceite, e que gostaria que outras também o tivessem sido, caso de Fornotelheiro, Vale de Azares e

Casas de Soeiro. Em relação às obras, esclareceu que as mesmas estão a ser tratadas com o Presidente de Junta e que no devido tempo aparecerão.

-----No que diz respeito ao encerramento do SAP, informou que o Executivo está atento e que fez uma contra proposta ao protocolo apresentado pela ARS, estando no momento a aguardar uma resposta por parte desta.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**ASSUNTOS QUE NÃO ESTEJAM INSCRITOS NA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no artigo vinte e dois, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município.-----

-----O Senhor **Deputado Manuel João** começou por desejar um Próspero Ano Novo a todos os presentes e felicitou o Executivo pela iluminação de Natal que foi colocada em Celorico da Beira, que na sua opinião prestigiou a Vila e atraiu turistas e visitantes. Continuou dizendo, que o Executivo deve continuar a apostar no turismo, por se tratar de um sector que irá decerto contribuir para revitalizar a economia do concelho.-----

-----Por último, apontou como uma possível falha, o facto de o Executivo não ter decorado as rotundas de acesso à Vila de Celorico da Beira e Variante, por serem locais de exposição privilegiada, para quem nos visita. -

-----De seguida, o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria**, perguntou quando se iniciaria a Requalificação do Bairro de Santa Luzia.-----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** deu conhecimento de que no dia vinte e sete de Dezembro de dois mil e sete, se realizou a Assembleia da COMURB, na qual esteve presente, tendo sido aprovado, por maioria o



Plano de Actividades e Orçamento para 2008. Referiu que a receita da COMURB é na sua totalidade constituída por transferências da Administração Central num montante de 163 420€. Relativamente ao Plano de Actividades referiu que o documento menciona como principal objectivo para o ano de 2008, a concretização do Plano de Desenvolvimento Estratégico.-----

-----Deu ainda conhecimento que no dia dezassete de Dezembro de dois mil e sete, houve uma reunião na Covilhã, com a presença do Secretário de Estado competente, onde foi debatido o Plano de Desenvolvimento Estratégico e possíveis candidaturas ao QREN. -----

-----O Senhor **Deputado Horácio Antunes** alertou para o facto de os painéis informativos estarem a anunciar eventos desactualizados. Agradeceu o empenho do Executivo nas obras de Requalificação da Ribeira da Velosa.-----

-----Relativamente à assinatura do contrato de concessão assinado entre as Águas do Zêzere e Côa e a Autarquia, foi o único deputado a votar contra, até porque, a Velosa, cuja Junta de Freguesia presidia na altura, tinha água suficiente para abastecimento e o dinheiro gasto poderia ter sido aproveitado para obras de saneamento. -----

-----Por último, felicitou o Executivo pelas obras em curso e realizadas, designadamente, a recuperação das Piscinas Municipais, Gimnodesportivo, Centro Cultural e Biblioteca Municipal. -----

-----De acordo com o disposto no número sete, do artigo vinte e dois, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados.-----

-----Relativamente à iluminação de Natal, o Senhor **Presidente da Câmara** agradeceu as palavras do Senhor Deputado e referiu que a aposta

na iluminação estava a ter um agradável *feed-back*, tendo sido já cumprimentado por diversos munícipes, bem como, por alguns Presidentes dos Municípios vizinhos. Referiu que optaram por colocar enfeites no Castelo em detrimento das rotundas, pelo facto de este ser o cartão de visita da Vila. -----

-----No que diz respeito à Requalificação do Bairro de Santa Luzia a obra está adjudicada a um consórcio e as obras iniciar-se-ão brevemente.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia foi presente uma proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, que se anexa a esta acta (**anexo II**), solicitando a inclusão, na Ordem de Trabalhos da presente sessão ordinária, os seguintes pontos: Contracção de Empréstimo de 65.585,48€; Contracção de Empréstimo de 439.983,28€ e Contracção de Empréstimo de 63.961,01€, tendo em conta a urgência na análise dos mesmos.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar esta proposta.**-----

-----**I - RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----**CONHECIMENTO SOBRE A JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS – SESSÃO DE 28 DE SETEMBRO DE 2007 -**-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos pedidos de justificação de faltas por motivos de ordem profissional, apresentados pelos Senhores Deputados Fernando Fonseca Veiga, Manuel João Inácio e Alexandrino Manuel Pereira Ferreira da Silva e Faria, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares. -----

**-----INJUSTIFICAÇÃO DE FALTAS – SESSÃO DE 28 DE SETEMBRO DE 2007 -----**

-----Os Senhores Deputados José Carlos Oliveira Morgado, Pedro Herlander Albuquerque José e Manuel António Simão. -----

-----Deu também conhecimento, do pedido de renúncia ao mandato do Senhor Deputado Manuel António Simão, através de carta endereçada pelo mesmo a este Órgão, datada de vinte e sete de Dezembro de dois mil e sete, sendo o mesmo substituído nos termos do número quatro do artigo setenta e seis da Lei cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco – A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro, pelo membro imediatamente a seguir na Lista do PSD, Senhor Carlos Alberto Cardoso da Cruz, que será convocado para a próxima Sessão da Assembleia Municipal, nos termos legais. -----

**-----II - APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E OITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E SETE-----**

-----Foi presente a acta número quatro, referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do dia vinte e oito de Setembro de dois mil e sete, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação. -----

**-----Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada por maioria, com cinco abstenções, por os Senhores Deputados que se abstiveram, não terem estado presentes na referida Sessão.-----**

**-----III - INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO -----**

-----Nos termos do disposto na alínea e), do número um, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco – A, de onze de Janeiro de dois mil e dois, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da actividade do Executivo, desde a última sessão ordinária até à presente data, documento que se anexa a esta acta (**anexo III**), tendo feito alusão às actividades mais importantes.----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por referir que a Requalificação de Santa Eufêmea e a Requalificação Urbana no Bairro de Santa Luzia, são obras que estão em início de execução. As Piscinas, Balneários e Parque de Merendas de Lageosa do Mondego e a Casa do Mundo Rural de Prados, estão em fase de conclusão. -----

-----Referiu que continua a existir uma grande percentagem de obras realizadas por administração directa, dando como exemplo: a Requalificação da Velosa, a Iluminação Pública de Linhares da Beira, a Reparação de Calçadas e a Recuperação das Escolas do Concelho. -----

-----Mencionou que o Programa para a Melhoria do Conforto na Habitação dos Idosos (PCHI), tem tido uma fraca receptividade por parte dos munícipes, até à data só ainda receberam três candidaturas, pese embora, tenha sido feita uma ampla divulgação do projecto. -----

-----Agradeceu a presença e colaboração dos parceiros sociais do Concelho, no I Encontro de Gerações, que decorreu no dia 1 de Outubro, designadamente das associações que aderiram em massa e participaram activamente no evento.-----

-----Referiu que o projecto de habitação social iniciado por anteriores gestões e usado como bandeira política, recaiu sobre o actual Executivo que terá que encontrar soluções para este problema, onde a ajuda de todos é insuficiente. -----

-----Apesar de todas as adversidades, reiterou que é com orgulho que apresenta o trabalho realizado por este Executivo, fruto de muito rigor, contenção e abnegação em prol do desenvolvimento do concelho. -----

-----De seguida, o Senhor **Presidente da Câmara**, deu a palavra ao Senhor Vereador António Silva para uma explicação mais detalhada, da situação financeira do município. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por referir que Celorico da Beira abandonou as manchetes negativas dos jornais e ganhou um estatuto de positividade e afirmação. -----

-----Relativamente à iluminação de Natal, frisou o facto de que foi colocada em 2004, ter sido paga pelo actual Executivo, com montantes muito superiores à actual. -----

-----Mencionou o facto de o Orçamento de Estado ter subjacente uma política de redução de prazos de pagamento aos fornecedores, política que também foi adoptada por este Executivo, com uma diminuição de 623 mil euros de dívida aos fornecedores de conta corrente. -----

-----**IV - APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS RECTIFICADOS DOS FLUXOS DE CAIXA DE 2004**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal e que se apensa a esta acta (**anexo IV**), informando que na reunião ordinária realizada a cinco de Dezembro de dois mil e sete, foi deliberado propor à Assembleia Municipal, para aprovação os documentos rectificadados dos Fluxos de Caixa de 2004. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara**, deu a palavra ao Senhor Vereador António Silva para uma explicação mais detalhada, relativamente ao assunto em epígrafe. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu que tinham sido detectados erros nos registos de alguns fluxos de caixa, procedendo-se à sua correcção e que os documentos justificativos tinham que ser submetidos à aprovação da Assembleia Municipal, para posteriormente serem remetidos ao Tribunal de Contas. -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dez abstenções, aprovar os documentos rectificadados dos Fluxos de Caixa de 2004.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**V - 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2007**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal e que se apensa a esta acta (**anexo V**), informando que na reunião extraordinária realizada a doze de Dezembro de dois mil e sete, foi deliberado submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2007. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara**, deu a palavra ao Senhor Vereador António Silva para uma explicação mais detalhada, relativamente ao assunto supramencionado.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que esta revisão ao orçamento prende-se essencialmente com a necessidade de tornar o orçamento mais real, através do reforço de rubricas correntes, necessárias para o cabimento de despesas até ao final do exercício; diminuição de rubricas correntes e de capital relativos a despesas não realizáveis em 2007 e diminuição das receitas de capital, na proporção da diminuição líquida da despesa, relativa a valores liquidados em 2007. -----

-----O Senhor **Deputado Carlos Jorge Ramalho** questionou se esta modificação, é exequível em tempo útil, uma vez que estamos a três dias do fim do ano de 2007. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** informou que esta modificação vai ter influência nas contas de 2008, sendo útil e necessária a sua realização.-

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções, aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e sete.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**VI - APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2008** -----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi posto a discussão para efeitos da alínea b), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2008, tendo o Senhor Presidente da Câmara feito a respectiva apresentação, ficando os mesmos apensos a esta acta (**anexo VI**).-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara**, deu a palavra ao Senhor Vereador António Silva para uma explicação mais detalhada, relativamente ao assunto supramencionado.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por referir que existem obras que continuam a figurar no orçamento pelo facto de terem ainda dívida associada, caso da Praça Machado dos Santos. Mencionou também a necessidade de aquisição de material informático para equipar os serviços da autarquia, uma vez que o existente está obsoleto. -----

-----Informou que está em curso a revisão do PDM, tendo sido lançado concurso público para o efeito. Disse ainda, que o Executivo está a envidar todos os esforços para encontrar um espaço condigno para criar um arquivo municipal, porque são os registos documentais que constituem o património histórico de qualquer instituição.-----

-----Relativamente à Protecção Civil e Luta Contra Incêndios informou que a candidatura foi reprogramada para 2008, no que diz respeito à criação de sistemas de vigilância móvel existe dívida que transitou para o ano seguinte.-----

-----No que concerne à Educação deu conhecimento que a autarquia terá que adquirir viaturas para transporte escolar, uma vez que as existentes não cumprem com a legislação em vigor. Mencionou a prestimosa colaboração das Associações nesta área, contudo, face às necessidades, é insuficiente.-----

-----Informou que a dotação inscrita no PAA é relativa a dívida transitada de anos anteriores.-----

-----Referiu que a recuperação física e funcional da Ribeira da Velosa tem uma dívida acumulada do passado, que obrigou a autarquia a efectuar uma candidatura para proceder ao seu financiamento. Para dar continuidade à obra foi necessário afectar 40% do pessoal operário da autarquia, para efectuar os trabalhos por administração directa, de forma a controlar os custos.-----

-----Relativamente à Zona de Caça Municipal informou que a receita proveniente desta rubrica é para investir nas zonas de caça que vão ser criadas.-----

-----Deu conhecimento que houve uma proposta de uma empresa para se instalar no edifício do antigo leilão de gado, que trará mais valias para o concelho, designadamente a criação de postos de trabalho. Mas, atendendo ao facto que, existe nesse espaço um Gabinete de Veterinária da Autarquia, com condições precárias, bem como, a sede da Estrelacoop, o Executivo através de um protocolo celebrado com a COCEBA, pretende descentralizar



este gabinete e o da agricultura para as instalações desta cooperativa e proceder à abertura de um espaço internet de forma a unificar os espaços e a revitalizar esta zona da Vila.-----

-----Deu conhecimento que o Executivo pretende implementar o programa FINICIA no concelho, mais concretamente afectá-lo a investimentos que venham a surgir nos centros históricos, de forma a criar uma nova dinâmica nestas zonas e atrair cada vez mais turistas. -----

-----Referiu que a filosofia do novo quadro comunitário de apoio (QREN), privilegia quem crie projectos que façam parcerias, foi nessa perspectiva que as autarquias de Celorico e Trancoso equacionaram uma candidatura conjunta para a criação de um Parque Empresarial da Beira Interior Norte. Para tal, será criada uma entidade gestora que irá gerir a implementação e dinamização do parque e será nomeada uma comissão que irá estudar o impacto desta infra-estrutura e elaborar um projecto de candidatura ao QREN. -----

-----Relativamente à Pousada de Linhares está dotada com 100 mil euros para precaver eventuais trabalhos que possam vir a ter que ser executados, contudo o Executivo não pensa fazer qualquer investimento nesta infra-estrutura, mas sim responsabilizar o empreiteiro pelos danos existentes. ----

-----Disse ainda que esta infra-estrutura é a entrada principal da aldeia de Linhares, onde não existem sequer casas de banho públicas, sendo intenção do Executivo elaborar esse projecto a partir de um antigo pombal existente nessa área, bem como, transformar a Capela da Pousada em posto de turismo.-----

-----Por último, referiu que as obras (adjudicadas, em curso e em adjudicação) totalizam um valor de 6 521 333€, que irá relançar o concelho em termos de crescimento e desenvolvimento.-----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Minhocal** referiu que, na sua opinião, a análise destes documentos está mais facilitada à luz do POCAL, dotando-os de maior qualidade. Mencionou o facto da

previsibilidade das receitas estarem especificadas na lei e chamou a atenção para o forte peso da despesa corrente. -----

-----Questionou o facto de existirem quatro rubricas diferentes que totalizam aproximadamente dois milhões de euros; rubricas genéricas com dotações de 470 mil euros.-----

-----Pretendeu saber onde iria ser aplicado em concreto, o valor inscrito na rubrica “eventos, exposições e animação turística.”-----

-----Relativamente à entidade gestora para o Parque Empresarial, quis saber qual era a intenção do Executivo para esse investimento, se constituir uma empresa pública ou com capitais público privados.-----

-----No que concerne aos 30 000 euros inscritos na rubrica “Protecção Civil – Bombeiros - Protocolo”, pretendeu saber qual a finalidade desta dotação. -----

-----A Senhora **Deputada Silvina Santos** começou por desejar que o ano de 2008 traga muita saúde, paz, sucessos pessoais e profissionais, a todos os presentes.-----

-----Referiu que era com agrado que constatava que o orçamento para 2008 iria beneficiar mais freguesias do que o do ano passado, mas mesmo assim algumas ficaram no esquecimento. -----

-----Ficou satisfeita pelo facto de o Senhor Presidente ter mencionado que na Carrapichana iria ser feita uma obra importante e questionou se seria o polidesportivo, que tanto ambicionavam. -----

-----O Senhor **Deputado Carlos Jorge Ramalho** solicitou que o Executivo num próximo orçamento cumprisse o estatuto de direito de oposição, permitindo aos deputados a discussão prévia do orçamento e participação na elaboração do mesmo.-----

-----Continuou dizendo que estes documentos são muito técnicos, criando alguns condicionalismos a uma interpretação mais pormenorizada, por parte dos Deputados, pelo que, na sua opinião, deveria de existir um maior

cuidado por parte do Executivo em fazer um esclarecimento prévio, de forma a existir uma votação mais consciente.-----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Minhocal** pretendeu saber em que fase se encontra a revisão do PDM, bem como, qual a finalidade dos 182 mil euros inscritos nessa rubrica.-----

-----Em resposta ao Senhor Deputado o Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que foi aberto concurso para revisão do PDM e cartografia. O montante é para fazer face a esta fase e às subsequentes. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu que o excesso de despesa corrente prende-se com o peso desta na gestão da autarquia, exemplo das despesas com pessoal, que consome uma fatia significativa. O esforço financeiro que a autarquia faz, leva a que seja penalizada. Relativamente ao FEF, em 2006 receberam menos que em 2005 e em 2007 receberam o mesmo, mas a despesa continua a existir porque transita de uns anos para os outros. Frisou ainda como um factor importante que interfere directamente com a despesa e que foge ao controlo da autarquia os sucessivos aumentos das taxas de juro. -----

-----Relativamente aos Bombeiros Voluntários é uma obrigação que transitou de anos passados e que diz respeito a um protocolo que foi assinado pela anterior gestão com aquela instituição onde foi atribuído um subsídio no montante de 30 000 euros, fraccionado em duodécimos mensais de 2 500 euros. Este Executivo pretende continuar a ajudar os Bombeiros Voluntários e como tal esta rubrica continua a figurar nos documentos previsionais da autarquia. -----

-----No que diz respeito à entidade gestora para o Parque Empresarial esclareceu que se trata de um projecto em fase de estudo, mas caso se pretenda concretizar, terá que estar prevista nas GOP's. Relativamente à sua forma poderá ser uma sociedade anónima com participação privada,

contudo não existe ainda nenhuma ideia, uma vez que ainda está numa fase muito embrionária. -----

-----Relativamente ao polidesportivo da Carrapichana informou que dentro das condições financeiras da autarquia será uma obra projectada para 2008. -----

-----Em resposta ao Senhor Deputado Carlos Jorge Ramalho esclareceu que em 2006, aquando da elaboração do orçamento, reuniram com todos os Presidentes de Junta, em 2007 repetiram essas reuniões, mas de forma faseada. Nessas reuniões os edis apresentaram as obras que pretendiam ver contempladas no orçamento, a maior parte delas integram o documento, as que não estão, ficam em estudo para uma eventual possibilidade futura.-

-----Referiu que terá em conta para o orçamento de 2009 a participação dos Deputados Municipais.-----

-----O Senhor **Deputado Carlos Jorge Ramalho** fez questão de referir que ficou sensibilizado com a preocupação da Autarquia em ajudar os Bombeiros Voluntários. Realçou que na última sessão deste órgão tinha ficado em acta, aquando do registo de uma intervenção do Senhor Presidente da Câmara sobre esta instituição, que a autarquia ajudava no pagamento dos seguros dos Bombeiros, frisou que o pagamento do seguro do corpo de bombeiros é uma obrigação da Câmara Municipal.-----

-----O Senhor **Deputado Hélder Costa** começou por reconhecer que há um trabalho meritório na elaboração dos documentos previsionais, contudo, na sua opinião encerram duas contradições. A primeira diz respeito à EMCEL, que aparece neste orçamento com uma verba inscrita e que contrariamente ao ano transacto já não é para “enfeitar” o orçamento.-----

-----A segunda, tem a haver com a COCEBA que este Executivo impeliu a encerrar, porque retirou apoio financeiro à anterior Direcção, alegando não poder cumprir o protocolado pelo facto de atravessar graves dificuldades financeiras. Contudo, verifica-se que renasce com novos corpos dirigentes e

com apoio da autarquia registado em orçamento, através de um protocolo de cedência de espaços, para cinco anos. Questiona se a mudança de planos se ficou a dever à mudança de direcção, ou o que era válido para uns deixou de ser para outros, uma vez que foi o Senhor Vereador, actual Presidente da Direcção da COCEBA que sensibilizou a anterior gestão para procurarem soluções financeiras ou novas hipóteses de negócio, de forma a não ficarem à mercê única e exclusivamente da autarquia.-----

-----Referiu ainda, que no anterior protocolo também estava contemplada a cedência de espaços, o Gabinete de Agricultura da Autarquia estava sediado nas instalações da Cooperativa, a custas desta, porque não existia qualquer participação nestas despesas. Assim, na sua opinião, os argumentos de descentralização de espaços e revitalização da zona Sul da Vila, não são suficientes para justificar a mudança de atitude do Executivo. -

-----O Senhor **Deputado José Carlos Morgado** começou por felicitar o Executivo pela aposta no Turismo, contudo considera que o orçamento para o desporto não é tão generoso, tendo existido um decréscimo seu no financiamento. -----

-----Lançou o desafio ao Executivo para promoverem a elaboração de uma carta desportiva para o próximo ano. -----

-----O Senhor **Deputado José Albano** começou por dizer que em 2006 aquando da elaboração do orçamento, não tinha participado, nem apresentado qualquer contributo, quer na qualidade de membro da Comissão Permanente, quer como Deputado Municipal, no entanto deu o benefício da dúvida ao Executivo e votou o orçamento. Este ano o cenário repete-se, não são convidados a participar, recebem os documentos tardiamente inviabilizando uma análise mais detalhada, o que não dignifica o trabalho quer da Comissão Permanente quer da própria Assembleia. -----

-----Continuou dizendo, que gostaria de ter dados suficientes para reflectir junto dos elementos do Partido Socialista, que integram a Assembleia

Municipal, de forma a existir uma votação consciente, até porque, muitas das queixas que regista enquanto Presidente da Concelhia, em especial por parte dos Presidentes de Junta é a falta de clareza deste documento, por ser demasiado técnico e serem necessários conhecimentos específicos para uma correcta interpretação. -----

-----Na sua opinião os autarcas tem o direito a debater e a exigir obra para a sua freguesia, sempre assim foi e espera que este Executivo repare esta falha. -----

-----Congratula-se com o facto de a COCEBA estar a funcionar, contudo discorda que a instalação de um Espaço Internet privilegie esta zona da Vila, nessa perspectiva considera mais viável a instalação deste espaço nos Bombeiros Voluntários, porque possuem uma Fanfarra, onde estão inscritas muitas crianças e jovens que poderiam usufruir desse equipamento. -----

-----Relativamente às Zonas Industriais mencionou o facto de não existir nada relativo à PLIE, questiona se este projecto já foi abandonado pelo Executivo. Uma vez mais, reiterou a disponibilidade da Comissão Permanente para mediar um entendimento entre a Autarquia e o promotor, por considerarem que este investimento acabará por se perder e ser deslocalizado para outro sitio. -----

-----Referiu ainda, que da análise do orçamento constata-se que a rubrica “Desporto e Cultura” não está dotada com qualquer valor, pelo que pretende saber se vai deixar de existir investimento nesta área. -----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara**, relativamente ao Parque Empresarial referiu que tinha sido referido pelo Presidente do Município de Trancoso que esta infra-estrutura ficaria instalada em Vila Franca das Naves, pretendendo saber se efectivamente era esta a pretensão, caso assim fosse alertou para o facto de que Celorico Gare poderia vir a correr o risco de ficar descaracterizado. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que a localização do Parque Empresarial nunca foi discutida, até porque, como já foi referido o projecto encontra-se numa fase embrionária, não existindo ainda dados concretos, somente a vontade dos dois municípios, em realizarem um empreendimento deste teor, em conjunto. Referiu que, caso se avance para situações mais consistentes, todos os passos serão dados a conhecer a esta Assembleia.-----

-----Relativamente ao futebol, disse que quando existem dificuldades financeiras, tem que se fazer uma gestão criteriosa de forma a satisfazer todas as solicitações, caso contrário teriam que optar entre fazer obra no Concelho ou financiar os clubes de futebol. Na sua opinião os dirigentes têm que se empenhar mais na angariação de fundos para subsidiarem as instituições que dirigem e abandonar a excessiva dependência em relação à autarquia.-----

-----Relativamente à análise e discussão prévia do orçamento, concorda que para além dos Presidentes das Juntas de Freguesia a Comissão Permanente deveria ser o órgão a ter uma participação activa na elaboração dos documentos previsionais.-----

-----No que diz respeito às Juntas de Freguesias, a autarquia mantém um contacto estreito com os seus presidentes e tenta dentro das suas possibilidades satisfazer os pedidos de cada um.-----

-----Em relação à PLIE reiterou a total disponibilidade deste Executivo para resolver o assunto e chegar a um consenso.-----

-----Por último, esclareceu que, relativamente à cultura, existe no orçamento uma rubrica dotada com 195 mil euros, designada “Divulgação Cultural e Turística”, que engloba essa área.-----

-----Em resposta ao Senhor Deputado Hélder Costa, o Senhor **Vereador António Silva** disse que relativamente à EMCEL no ano passado tinham aprovado um valor de 700 mil euros, mas que na realidade somente 450 mil tinham sido efectivamente transferidos.-----

-----Informou que a nova lei das finanças locais obriga à reconciliação bancária da EMCEL na contabilidade da Autarquia. Continuou dizendo que a gravidade da nova lei contempla dois cenários, ou seja, a próxima prestação de contas da Câmara Municipal vai ter que espelhar a despesa da EMCEL. Esta situação obrigou a tornar a empresa mais comercial e mais competitiva, objectivos que foram conseguidos, com a colaboração dos funcionários, pese embora ainda esteja aquém das necessidades. -----

-----Frisou que a prestação de contas da empresa relativa a 2007 apresenta um saldo positivo, que se fica a dever à Administração, mas essencialmente à vontade e ambição dos funcionários que lá trabalham que acreditaram na recuperação e lutaram pelos postos de trabalho. Mesmo assim, existem ainda situações graves, caso da subida das taxas de juro que provocam um aumento considerável da despesa. -----

-----Continuou dizendo que para levar a Empresa Municipal para uma situação confortável, é necessária a ajuda e empenho de todos, até porque, existem organismos afectos a esta que têm uma vertente social, como tal terá que existir uma gestão rigorosa no controle da despesa, caso das Piscinas Municipais.-----

-----Referiu que o valor apresentado para a EMCEL é um barómetro, até porque as transferências vão sendo feitas à medida das necessidades e das possibilidades da autarquia, caso contrário, existiria um efeito inverso ao pretendido.-----

-----No que concerne à COCEBA informou que quando o Executivo tomou posse deparou-se com uma ruptura financeira, que obrigou a um corte de despesas, este corte foi para a cooperativa, futebol, associações e todas as outras que não foram consideradas prioritárias.-----

-----Disse que actualmente a COCEBA está a trilhar o seu rumo e começou a ver resultados das estratégias empresariais implementadas, tal como havia dito na altura, foi necessária uma gestão mais agressiva, de forma a captar outros negócios e outras soluções. -----



-----Relativamente à instalação do Espaço Internet na COCEBA, esclareceu que a autarquia fez uma candidatura ao programa Pós Conhecimento, que financia a instalação destes equipamentos, tal como fez para as Juntas de Freguesia de Casas de Soeiro e Lageosa do Mondego. --

-----O Senhor **Deputado Hélder Costa** começou por agradecer a explanação do Senhor Vereador relativamente à EMCEL, considerando-se esclarecido. Relativamente à COCEBA discorda em absoluto dos argumentos do Senhor Vereador, porque, na sua opinião, o não cumprimento por parte da autarquia do protocolado com a Cooperativa obrigou a anterior direcção a demitir-se e ao encerramento compulsivo desta. No entanto, hoje, apresentam o mesmo modelo de protocolo com a agravante de acarretar mais custos para a autarquia. -----

-----Concluiu dizendo que a COCEBA é uma empresa não pública que tem de subsistir sem ser à custa do erário público, através de uma gestão agerrida, tal como o Executivo aconselhou na altura, então, sugere que a actual direcção adopte esse lema e deixe de depender da autarquia. Porque o que é verdade para uns também tem de ser para outros, não pode haver critérios diferentes de decisão só porque mudaram as caras. -----

-----**Submetidos a votação, a Assembleia deliberou, por maioria, com sete abstenções, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de dois mil e oito.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**VI - PROPOSTA DE CONTRATO PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA E A EMCEL PARA 2008**

-----Para efeitos da alínea c), do número um, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, com as alterações da Lei cinco – A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro, foi presente o Contrato Programa a celebrar entre o Município de Celorico da

Beira e a Empresa Municipal Celoricense – Gestão de Espaços Culturais e Sociais – E.M., que tem por objectivo definir em termos precisos dos montantes a transferir pelo Município de Celorico da Beira para a EMCEL durante o ano de 2008, tendo o Senhor Presidente da Câmara feito a respectiva apresentação, ficando apenso a esta acta (**anexo VII**). -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara**, deu a palavra ao Senhor Vereador António Silva para uma explicação mais detalhada, relativamente a este assunto. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que este contrato programa tem como objectivo definir em termos precisos os montantes a transferir pelo Município de Celorico da Beira para a EMCEL, durante o ano de 2008 e destinam-se, entre outros, às seguintes aplicações: reestruturação e saneamento financeiro da EMCEL na continuação da recuperação esperada em 2007; valorização do património, investimento em unidade de produção de queijo apoiando assim os produtores de leite do Concelho; manutenção dos espaços públicos, entre outros.-----

-----Segundo o contrato programa para 2008 a EMCEL obriga-se a reduzir o índice de endividamento respeitando as obrigações estipuladas pelo Município de Celorico da Beira a que está obrigado pelo previsto na Lei das Fianças Locais (Lei n.º 2/2007 e Lei n.º 53-F/2006).-----

-----Referiu ainda, que o Município de Celorico da Beira obriga-se a transferir para a EMCEL, 600 000€ de subsídio à exploração e 100 000€ de subsídio ao investimento, totalizando 700 000€. -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dez abstenções, aprovar o Contrato Programa a celebrar entre Município de Celorico da Beira e a EMCEL.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE 65.585,48€**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal, acompanhada de um Relatório de Análise das propostas apresentadas para Contracção de um Empréstimo, no valor de 65.585,48€ (sessenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco euros e quarenta e oito cêntimos), que fica apensa a esta acta (**anexo VIII**).-----

-----Relativamente às contracções de empréstimos o Senhor **Presidente da Câmara**, deu a palavra ao Senhor Vereador António Silva que esclareceu que estes empréstimos já tinham sido contratualizados em reunião de Câmara e Assembleia Municipal, mas pelo facto de não terem sido atempadamente, excepcionados para o cálculo dos limites de endividamento do Município, pelo Ministro das Finanças, provocou uma alteração das condições contratuais. A instituição bancária, à qual haviam sido adjudicados, pelo facto de ter sido ultrapassado o prazo limite, não manteve as condições, obrigando a autarquia a fazer uma nova consulta, da qual se apresenta os respectivos relatórios de análise das propostas. -----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções, autorizar a contracção de um empréstimo no valor de 65.585,48€ (sessenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco euros e quarenta e oito cêntimos), destinado à obra “Conservação do Gimnodesportivo”.**-----

-----**Mais deliberou a Assembleia Municipal, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do número três do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro com as alterações da Lei número cinco – A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro.**-----

-----**CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE 439.983,28€**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal, acompanhada de um Relatório de Análise das propostas apresentadas para Contracção de um Empréstimo, no valor de 439.983,28€ (quatrocentos e trinta e nove mil, novecentos e oitenta e três euros e vinte e oito cêntimos), que fica apensa a esta acta (**anexo IX**).-----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções, autorizar a contracção de um empréstimo no valor de 439.983,28€ (quatrocentos e trinta e nove mil, novecentos e oitenta e três euros e vinte e oito cêntimos), destinado à obra “Biblioteca Municipal”.**-----

-----**Mais deliberou a Assembleia Municipal, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do número três do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro com as alterações da Lei número cinco – A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro.**-----

-----**CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE 63.961,01€**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal, acompanhada de um Relatório de Análise das propostas apresentadas para Contracção de um Empréstimo, no valor de 63.961,01€ (sessenta e três mil, novecentos e sessenta e um euros e um cêntimo), que fica apensa a esta acta (**anexo X**).-----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções, autorizar a contracção de um empréstimo no valor de 63.961,01€ (sessenta e três mil, novecentos e sessenta e um euros e um cêntimo), destinado à obra “Piscinas, balneários e parque de merendas da Lageosa”.**-----

-----**Mais deliberou a Assembleia Municipal, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do número três**

**do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro com as alterações da Lei número cinco – A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro.**-----

-----Esgotada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a Sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia à uma da manhã, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.-----